

Bom Brasil Delfim só vê saída da 29 SET 1989 crise com a recessão

JORNAL DE BRASILIA

Rio — “É uma grande ilusão pensar que o Brasil vai sair dessa crise sem recessão” — afirmou ontem, no Rio, o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Delfim Netto, deputado Federal pelo PDS paulista. A recessão, no entanto, segundo ele, poderá ser maior ou menor, conforme os entendimentos para o pacto social. Se trabalhadores e empresários conseguirem manter um acordo com a duração de pelo menos 12 meses para reduzir a disputa distributiva e se o Governo cumprir promessa de cortar o déficit público, o custo da recessão no País será semelhante ao de 1983, “um dos menores do mundo” — disse o ex-ministro.

Delfim Netto disse que os trabalhadores e os empresários têm razão ao estarem receosos de que o Governo não corte realmente o déficit público. “Falta a convicção de que o Governo vai cumprir o seu papel. Se eles se metem em fogueteiros nesse processo, podem acabar como patos cozidos”, afirmou, referindo-se ao risco de os trabalhadores e empresários entrarem sozinhos no pacto. Para Delfim, o Governo não só tem que cortar o déficit, como também fazer crer à sociedade que houve uma mudança de regime econômico. “Se o déficit pudesse desaparecer, como que por milagre, e houvesse controle absoluto da política monetária, bastava

liberar tudo e acabar com a correção monetária. A taxa de inflação iria convergir para níveis parecidos com a inflação externa” afirmou o ex-ministro.

Herança

Ele negou com veemência que a crise econômica atual tenha sido uma herança do período ditatorial, do qual fez parte. “Isto é uma grande tolice. O governo Sarney recebeu o Brasil com um superávit comercial de US\$ 13 bilhões, crescimento econômico de 5,8% e inflação estável de 220% ao ano. Quem produziu no Brasil esse caos foi a Nova República mesmo”.

Delfim Netto, um dos convidados para o debate sobre os “reflexos da Nova Constituição nas atividades empresariais”, durante a 22ª Convenção Nacional das Empresas de Supermercados, previu que o Brasil terá dois anos de “confusão política”. Isso porque, segundo ele, o próximo presidente da República encontrará um Congresso pronto e terá que negociar com os parlamentares até as eleições legislativas, no ano seguinte, trabalhando para eleger deputados e senadores adeptos à sua política. Por causa disso, afirmou o ex-ministro, o Brasil acabará adotando o Parlamentarismo “muito antes do que se pensa”, — pois só tal regime, assegurou, dará coerência à Constituição.